

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXX VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA  
DE XXXXXXX-UF**

Processo nº.

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

**ALEGAÇÕES FINAIS**

aduzindo, para tanto, o que segue:

**I - BREVE RELATO DOS FATOS**

O réu foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 306 c/c artigo 298, III, ambos da Lei nº 9.503/97, por haver, supostamente, no XXXXX, em via pública, de forma livre e consciente, sem possuir permissão para dirigir ou carteira de habilitação, conduzido a motocicleta TAL, placa , com a capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool, apresentando concentração de álcool por litro de ar alveolar em patamar acima do limite permitido

Devidamente instruído o feito, a acusação, em suas alegações finais (fl. 138), requereu a condenação do réu nos termos da denúncia.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

**II - ANÁLISE DA PROVA DOS AUTOS: DO AFASTAMENTO DA AGRAVANTE PREVISTA NO ART. 298, III, DO CTB**

No caso em tela, é forçoso reconhecer a materialidade e a autoria do crime previsto no art. 306 da Lei nº 9.503/97, conforme as provas dos autos, especialmente pela prova oral colhida e pela confissão extrajudicial do acusado, respectivamente (mídia de fl. 140 e fl. 08).

No entanto, o mesmo não se pode concluir quanto à agravante prevista no art. 298, III, da mesma lei. Isso porque, em que pese narrar a denúncia que o conduzido não possuía permissão para dirigir ou carteira de habilitação no momento dos fatos (fl. 03), nenhuma prova judicial foi produzida de modo a sustentar tal afirmativa.

Nesse viés, cumpre registrar que o acusado, em suas declarações extrajudiciais (fl. 08), nada mencionou acerca da agravante em análise. Da mesma forma, os dois policiais ouvidos em juízo (mídia de fl. 140), apesar de terem confirmado

a embriaguez ao volante, **nada aduziram quanto à ausência de habilitação do acusado.**

De fato, não há no processo nenhuma prova – judicializada – capaz de confirmar a existência da agravante atribuída ao réu.

Consoante cediço, o artigo 155 do Código de Processo Penal dita que uma condenação não pode ser fundamentada somente em elementos produzidos na fase de investigação policial.

Encampando o dispositivo legal em tela, assim tem decidido o Eg. TJDF, conforme mostram os precedentes a seguir:

*APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORA. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL NÃO CONFIRMADA POR PROVAS JUDICIALIZADAS. RECURSO DESPROVIDO. [...] 2. **As provas indiciárias não foram corroboradas por provas produzidas em juízo, e, sozinhas, não servem como fundamento para a condenação, de acordo com o artigo 155 do Código de Processo Penal. Deve ser mantida a absolvição do apelado, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.** 3. Recurso desprovido. [Acórdão n.928815](#), 20110710168713APR, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Revisor: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 17/03/2016, Publicado no DJE: 29/03/2016. Pág.: 106)*

*APELAÇÃO CRIMINAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. AUSÊNCIA DE PROVAS DO DOLO DE ASSENHORAMENTO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I - **Quando as provas produzidas na fase inquisitória não forem confirmadas em juízo, no sentido de demonstrar o dolo de apropriação na conduta do acusado, não resta outra solução que não seja a absolvição do acusado por insuficiência de provas, em consonância com o disposto no artigo 155 do Código de Processo Penal.** II - Recurso conhecido e desprovido. ([Acórdão n.779064](#), 20120710077807APR, Relator: NILSONI DE FREITAS, Revisor: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 10/04/2014, Publicado no DJE: 22/04/2014. Pág.: 219)*

Além disso, é necessário destacar que nosso Estado Democrático de Direito não permite a presunção de culpabilidade e, conforme bem destacou o ilustre Doutrinador Paulo Rangel<sup>1</sup>, *não é o réu que tem que provar sua inocência, mas sim o Estado-administração (Ministério Público) que tem que provar sua culpa*, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Nesse viés, cumpre asseverar que o *Parquet*, em suas alegações finais (fl. 138), sequer mencionou a agravante imputada, de sorte que não houve, na hipótese, a desincumbência do ônus probante que recai à acusação.

Ante o exposto, pugna a Defesa pelo afastamento da agravante prevista no art. 298, III, do CTB.

### III - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pelo **afastamento da agravante descrita no artigo 298, III, da Lei nº 9.503/97**, aplicando-se ao acusado, em razão do cometimento do delito previsto no artigo 306 da mesma lei, a **pena no mínimo legal**, reconhecendo-se, ainda, a atenuante da **confissão espontânea** e substituindo-se a pena privativa de liberdade por **restritiva de direitos**.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**  
**Matr.:**

---

<sup>1</sup> RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Lumen Iuris.2005. Pag. 27.